

Título completo do manuscrito: O empreendedorismo e a inovação social
– o oxigénio que as organizações sociais precisam

Título resumido do manuscrito: Empreendedorismo e organizações
sociais

Jorge Miguel Almeida de Castro

Gerontólogo Social, Residência Sénior I Fundação João Bento Raimundo – Guarda I

jorgemiguelalmeidacastro@gmail.com

Resumo

O empreendedorismo social, aliando o social ao empresarial, pode ser considerado a energia que as organizações, as pessoas e a própria sociedade precisam, não só para a resolução dos problemas sociais que vão surgindo, mas, ao mesmo tempo, para o seu desenvolvimento, disseminação e replicabilidade.

Desde 2009, ano em que foi decretado pela União Europeia (UE), o ano Europeu da criatividade e inovação, que se tem despertado para um interesse e necessidade de, cada vez mais, se apostar na inovação e no empreendedorismo de base social.

É neste enquadramento que surge o presente artigo, sendo uma revisão e ao mesmo tempo reflexão, sobre as questões em torno do empreendedorismo e da inovação social, tendo na sua base a resposta a uma questão, todas as inovações, podem ser consideradas de sociais, ou será este um cliché a que nos fomos habituando?!

Da análise desenvolvida, é possível conferir que a inovação social é uma nova maneira de intervir, dando resposta aos problemas sociais existentes, ajudando o próprio empreendedorismo social e o empreendedor a desenvolver e disseminar as suas ideias e projetos. No fundo, falamos de uma capacidade de recriação, assumindo-se cada vez mais como uma maior necessidade.

Ao mesmo tempo e perante os resultados da análise, foi possível perceber que nem todas as inovações são inovações sociais e nem todas geram valor social, podendo subsistir um lado negro, no fundo, falamos em motivos egoístas, por detrás da missão social.

Palavras-chave: empreendedorismo social; inovação social; intervenção social; valor social; organizações sociais; intervenção.

Introdução

A visão relativamente ao envelhecimento tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo, quer em termos de fisiologia, quer ao nível das relações sociais e culturais. No século XXI, o envelhecimento tornou-se o fenómeno mais relevante e o que mais questões e desafios coloca.

Atualmente verifica-se uma situação complexa, onde os atuais problemas da sociedade não residem no envelhecimento, nem no aumento da esperança de vida, mas sim no facto de a sociedade não se ter adaptado ao “inverno demográfico”.

Isto mesmo passa-se em relação às organizações sociais, que com o avançar do tempo, não só se assistiu a mudanças em termos de terminologia, como é o caso dos Lares de Idosos, que hoje se designam de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPIS), mas de um modo global a uma mudança e importância crescente em termos do terceiro setor e da própria economia social.

Em consonância com o que se referia anteriormente, de acrescentar, com uma obrigação de reflexão no seguinte: Se o envelhecimento é um dos grandes desafios do século XXI, também as organizações sociais têm de entender que cada vez mais o modelo de atuação deverá deixar de ser centrado no assistencialismo, passando a ser numa ótica de inovação e com novas respostas e estímulos, associados, não só ao prolongar a vida, mas a proporcionar uma vida com qualidade e, sobretudo, dignidade.

O Empreendedorismo Social e a Inovação, também Social. Da Emergência há cada vez maior Urgência.

É legítimo começar por mencionar que, com o passar do tempo, temos assistido a uma relevância no papel desempenhado em termos económicos e sociais pela economia social. Mas se esta economia consegue, através dos diferentes mecanismos, gerar emprego, coesão social e atenuar os problemas sociais enraizados na sociedade, não deixa de ser necessário uma reestruturação na forma como é desenvolvida a intervenção social, não assente no assistencialismo social, mas em novos paradigmas de

atuação, como resposta aos novos desafios sociais colocados à sociedade civil (Bornstein, 2007; Carvalho e Costa, 2015). Ao mesmo tempo, esta mesma intervenção também deve caminhar no sentido de atender às diferentes necessidades dos indivíduos, ou seja, de reforçar a heterogeneidade da população, pois como refere Paugam (2003), esta não deve ser desenvolvida tendo por base num modelo único e rígido. Ou seja, centrada entre dois polos, por um lado, o contrato social (como acontece por exemplo, no RSI) e, por outro, o dever de cumprimento das normas que são estipuladas por parte dos assistidos (Paugam, 2003).

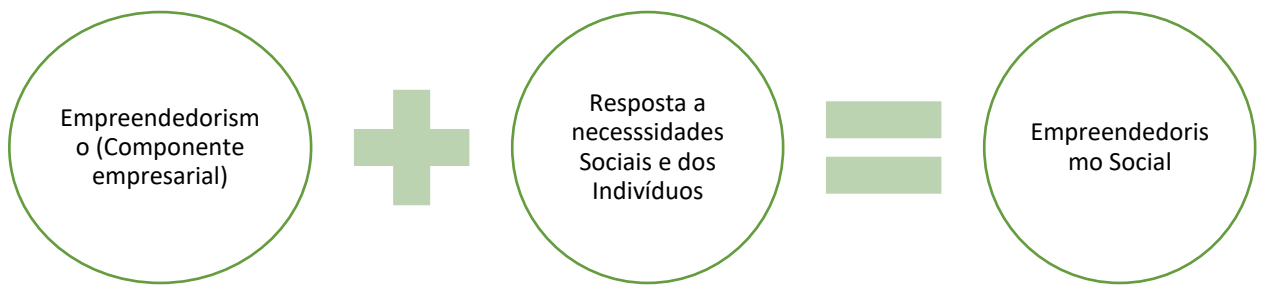
Muito mais que apoiar os indivíduos, há a necessidade destes poderem ser capacitados para que sejam cidadãos integrados socialmente. Falamos, portanto, da necessidade de um novo paradigma de atuação na área social, que se reporta precisamente ao empreendedorismo social.

Mas para se poder falar em empreendedorismo social, tem de, em primeiro lugar, ter-se uma perceção clara do que se preconiza por empreendedorismo, estando este associado claramente a uma componente privada/ empresarial. Isto mesmo vem preconizado por Tan e William (2003), clarificando que o empreendedorismo é o “processo de tentar fazer lucrar as empresas através da inovação face ao risco” (in Peredo & Mclean, 2006, p.58). Roger Martin e Sally Osberg (2007), acrescentam a esta breve referência que o empreendedorismo é a capacidade para solucionar os problemas, através de novas soluções centradas nas diferentes necessidades dos indivíduos. É de referir ainda que o lucro, o aumento de capital e o retorno financeiro são a missão principal do empreendedorismo, sendo determinante para o progresso económico e para a sobrevivência dos negócios.

Transpondo, agora, para o social este conceito, pode começar-se por evidenciar que o empreendedorismo social é uma designação resultante de dois conceitos, o primeiro já abordado anteriormente, referente à componente empresarial e o segundo relacionado com o social.

Ilustração 1

Esquematisação do conceito de Empreendedorismo Social



Fonte: Elaboração Própria

As questões do empreendedorismo social começaram a ser discutidas nas décadas de 1980 e 1990, inicialmente nos E.U.A (*social entrepreneurship*), chegando posteriormente à Europa (do Francês *entreprendre*) (Martin e Osberg, 2007; Monteiro 2017). Em Portugal, e indo ao encontro do que defende Cristina Parente (2014), este fenómeno começou a ter influência nos anos 90, encontrando a sua ideologia na caridade assistencialista presente nas misericórdias do século XV. Mas é, sobretudo, a partir do ano 2000 que começou a ganhar uma maior dimensão, num período de crise, onde o estado não conseguia dar resposta a todas as necessidades sociais, assumindo notoriedade junto da sociedade (Parente e Quintão, 2014; Quintela, 2015).

Isto mesmo é também expressado por Victoria Dumitru, Maria Alves e João Costa, relativamente ao impacto que cada vez mais este fenómeno assume, tendo revelado um “crescimento satisfatório com atividades empreendedoras e com visões muito positivas” (Dumitru, Alves e Costa, 2012, p.24).

Mas se aparentemente há uma maior aceitação em torno do empreendedorismo social, devido, sobretudo, aos resultados já alcançados, verifica-se que ainda não se gera em termos conceptuais um consenso global e rigoroso entre os diferentes investigadores, como referenciado tanto por Martin e Osberg (2007), como por Dees (1998). Isto mesmo pode em muito justificar-se através do que é defendido pelas diferentes escolas de pensamento que se debruçam sobre o estudo do empreendedorismo social.

De forma a facilitar a leitura e compreensão, foi construída a seguinte tabela, onde a mesma apresenta as principais ideias defendidas pela escola de empreendedorismo social, escola da inovação social e ainda pela escola europeia.

Tabela 1

Ideias defendidas pelas escolas de pensamento em relação ao empreendedorismo social

Escola de empreendedorismo social (Abordagem Americana)	Escola da inovação social (abordagem Americana)	Escola europeia
Ferramentas de gestão	Criação de valor social	Funcionamento interno das organizações
Desenvolvimento de atividades comerciais, enquanto via de sustentabilidade económica;	Respostas economicamente sustentáveis	Interesses sociais em detrimento dos interesses do capital.
Geração de receitas, como condição essencial que possibilita o desenvolvimento dos empreendimentos.	<i>Empowerment</i> e capacitação tanto dos indivíduos, como das comunidades	Viabilidade económica é necessária.
Empresas do setor privado com responsabilidade social.	No centro do pensamento/ atuação encontra-se o indivíduo. Ou seja um único empreendedor a desenvolver uma determinada iniciativa.	O empreendedorismo social presente nas organizações não lucrativas (objetivo social).
Organizações do setor não-lucrativo.	A inovação é o pilar essencial da atuação desta escola de pensamento.	Centrada no coletivo e não no individual.
Centrada no coletivo e não no individual.	Em termos de participação, verifica-se que esta escola defende contrariamente à escola europeia não a gestão democrática, como pilar essencial, mas sim a constituição de parcerias e redes.	Vários empreendedores preocupados com a solução para uma determinada necessidade.
Vários empreendedores preocupados com a solução para uma determinada necessidade.		Envolvimento dos diferentes <i>stakeholders</i> na tomada de decisões (“gestão democrática e participada” Monteiro, 2017, p.54).
Os fundadores é que decidem se estabelecem parcerias com outros <i>stakeholders</i> .		

Missão social comum às três escolas de pensamento.

Fonte: Elaboração própria com base em Parente (2015) e Monteiro (2017)

Salienta-se perante o que é exposto na tabela anterior que o empreendedorismo social em Portugal tem as suas raízes precisamente na escola europeia. Um aspeto que é transversal às três escolas, refere-se ao facto de todas elas defenderem que o empreendedorismo social tem presente na sua intervenção uma forte componente social (missão social).

Perante a pluralidade de conceitos apresentados, torna-se necessário serem tomadas posições concetuais. Neste sentido, associamos ao empreendedorismo social a “procura de oportunidades para gerar mudança social” (Mair & Martí, 2006, p.37). Ou ainda como salientado por Cristina Parente e Carlota Quintão, “novas formas de organização e intervenção” (Parente e Quintão, 2014, p.11).

Ao que já fora mencionado anteriormente, Martin e Osberg, (2007), no estudo que fazem em torno do empreendedorismo social, consideram-no como um processo sequencial, constituído por diferentes elementos, mais concretamente (1) identificação de um problema social, ou seja, de uma necessidade, muitas das vezes resultantes da

falta de resposta em termos políticos e financeiros; (2) deteção de uma oportunidade de intervenção para a resolução dos problemas sociais; (3) criando valor social (a base do empreendedorismo social) e, por fim; (4) gerando resultados perante as necessidades detetadas, diminuindo, por um lado, o risco social e possibilitar, por outro, uma sociedade mais igualitária.

Nesta linha de pensamento, pode afirmar-se que se está perante novas abordagens para resolver os problemas negligenciados pela sociedade e gerando ao mesmo tempo valor social. Neste tipo de empreendedorismo, o valor económico não é a principal motivação dos empreendedores ainda que sendo um meio que possibilita atingir um fim, contrariamente ao que acontece no empreendedorismo do setor empresarial, onde o valor económico é que possibilita medir a criação de valor (Dees, 1998; Mair e Martí, 2006; Martin e Osberg, 2007). É possível evidenciar perante o que já foi sendo abordado ao longo do presente ponto, que existe uma separação entre o empreendedorismo e o empreendedorismo social (c.f. tabela 2).

Tabela 2

Empreendedorismo e empreendedorismo social, pontos divergentes e convergentes

Empreendedorismo	Empreendedorismo Social
Valor monetário;	Valor Social (o valor económico não é o objetivo principal, deverá servir unicamente para apoiar as iniciativas empreendedoras);
Retorno financeiro;	Contributo para ajudar a resolver as necessidades sociais dos indivíduos;
Sobrevivência dos negócios;	Mudança Social;
Aumento de capital.	Nova forma de intervenção e resolução dos problemas sociais.
Relação entre Empreendedorismo e Empreendedorismo Social	
Desenvolvimento de soluções para os problemas que vão surgindo;	
Cooperação;	
Mudança.	

Fonte: Elaboração própria.

Mesmo existindo esta separação em termos de conceitos, não se pode deixar de evidenciar a relação que se consegue estabelecer entre o empreendedorismo privado e o social. Defendemos perante todos os elementos que caracterizam cada uma destas formas de empreendedorismo que o desenvolvimento de soluções para os problemas que vão surgindo, a cooperação entre os diferentes indivíduos envolvidos, assim como

a mudança que as soluções empreendedoras geram, são três fatores comuns aos dois tipos de empreendedorismo.

Na designação do *The Canadian Oxford Dictionary*, o empreendedor é considerado como uma pessoa que “inicia ou organiza uma empresa comercial, envolvendo um determinado risco financeiro” (Barber, 1998, in Peredo e Mclan, 2006, p.57). Ou ainda o que defende Schumpeter, considerando que os empreendedores são a “força necessária para impulsionar o progresso económico” e ainda “agente de mudança na economia” (Schumpeter, 1996, in Martin e Osberg, 2007, p.31). Além de o empreendedor ser visto como impulsionar de mudança, para Peter Drucker (1985) e Scott Shane (2003), este mesmo indivíduo tem assente a ideia de gerar oportunidade perante as diferentes necessidades que vão surgindo (in Monteiro, 2017).

Gregory Dees (1998), debruçando-se sobre o estudo e concetualização do empreendedorismo social, expõe que os empreendedores sociais desempenham um papel de agentes de mudança no setor social, sendo estes cruciais para servir a sua missão, através de um processo de contínua inovação, adaptação e aprendizagem, norteados sempre por um objetivo social de melhoria da qualidade de vida das pessoas, como também defendido por Peredo e Mclan, (2006); Parente e Quintão (2014).

Neste sentido, afirmamos que o empreendedor social tem que e deve desenvolver a sua missão, consoante os princípios éticos e sociais, não estando unicamente preocupado com a rentabilidade e lucro gerado, além de que, e transpondo a opinião de Alcides Monteiro este indivíduo, designado pelo próprio como um “Empresário Social”, deve combinar missão social, com arrojo económico (Monteiro, 2017, p.53). Claro que nunca se poderá gerar lucro, ele surge não como a missão central da atuação do empreendedorismo, nem do empreendedor, mas sim associado à importância da sustentabilidade e replicabilidade das diferentes iniciativas que são desenvolvidas. No empreendedorismo social o lucro não é monetário, mas sim “social”, sendo o motivo principal que faz mover a missão do empreendedor.

Por tudo isto referido, acreditamos que o empreendedor social é um líder, tendo paixão para realizar a sua missão, fruto de uma visão social diferenciadora em conjunto com outros indivíduos, assumido com o passar dos anos uma importância acrescida em diferentes áreas, seja em torno das questões sociais, seja na área da saúde ou até

mesmo nos direitos humanos e intervenção comunitária (Dees, 1998; Mair e Martí, 2006; Bornstein, 2007; Nicholls e Cho, 2006, in Lopes, Parente e Marcos, 2014).

É passível, independentemente da ideologia dos dois tipos de empreendedores, verificar um ponto de contacto na atuação de ambos. Estes indivíduos são vistos tanto por Schumpeter como por Drucker, como impulsionadores de mudança e a inovação social surge com o objetivo de melhorar a sociedade e a vida dos indivíduos, tendo ao mesmo tempo a capacidade de transformar as necessidades em oportunidades, vendo ao mesmo tempo desafios nos obstáculos (Dees, 1998; Martin e Osberg, 2007).

Enquadrados nesta perspetiva de análise em torno do empreendedorismo social, surge, como verificado a inovação social, o conceito que não se pode dissociar do primeiro, uma vez que não só Bornstein (2007), mas também Parente e Quintão (2014) e Quintela (2015) consideram o empreendedorismo social como sendo a procura e desenvolvimento de soluções inovadoras para os diversos problemas da sociedade, traduzindo-se em inovação social sempre que se criem respostas mais efetivas para as problemáticas sociais (Santos, 2012, in IES e IPAV, 2015). Perante esta associação, torna-se imperativo perceber o que é a inovação social.

A palavra inovação teve origem no latim *innovare*, referindo-se na perspetiva de Cristina Parente a uma “capacidade de recriação”, ou seja, a adoção de novos procedimentos, eliminação de práticas rotineiras, procurando, por sua vez, novos mecanismos de intervenção” (Parente, 2014, p.245). Este mesmo conceito possibilitou que Taylor e Gabor (1970), fossem os primeiros a considerar o conceito de inovação social como uma nova maneira de fazer as coisas, dando resposta aos problemas sociais existentes (in Cloutier, 2013; Pacheco e Santos, 2015).

Se cada vez mais a inovação social se assume como uma necessidade, verifica-se através daquilo que defendem diversos autores que o conceito ainda não se encontra devidamente esclarecido. Independentemente das diferentes abordagens, todas caminham na mesma direção, ou seja, na resolução de problemas existentes, através do desenvolvimento de novas atividades e serviços, processos de integração, novas competências e novas formas de colocar os indivíduos a participar (André & Abreu, 2006; NESTA, 2008; Guitérrez, 2009).

Face ao que foi mencionado, torna-se necessário ao mesmo tempo acrescentar que o empreendedor social deve ele próprio quebrar todas as rotinas, porque segundo Alcides

Monteiro “a partir do momento em que a rotina se instala, o empreendedor deixa de o ser” (Monteiro, 2017, p.48). É perante esta necessidade de quebrar a rotina que a inovação social veio acrescentar valor e arrojo ao empreendedorismo social, com novas perspectivas e metodologias de atuação perante as necessidades sociais, seja através de uma ideia inovadora construída de raiz ou de uma ideia já existente e adaptada a um contexto específico, respondendo de forma mais eficaz às diferentes necessidades, expectativas e interesses da população-alvo (Mulgan, 2006). Trata-se, segundo a OCDE, de “fornecer soluções inovadoras para problemas sociais não resolvidos” (OCDE, 2010, p.186). Defendemos, portanto, a relação que deverá sempre existir entre o empreendedorismo e a própria inovação social e acrescenta-se ainda que o empreendedor social necessitará sempre de adotar processos eficazes de inovação social para conseguir alcançar os seus objetivos (sociais).

Mesmo perante a importância atribuída à inovação social, não se pode deixar de evidenciar a dificuldade que existe em torno da clarificação deste mesmo conceito, podendo levar a uma tendência de se considerar qualquer inovação como inovação social. A Comissão Europeia alerta para este mesmo facto, referindo que “nem todas as inovações são inovações sociais” (Comissão Europeia, 2013, p.7). Perante esta afirmação, pode questionar-se: o que distingue a inovação da inovação social?

A resposta encontra-se nas quatro dimensões que analisam de forma longitudinal uma inovação social, definidas por Chambon, David e Devevey (1982), sendo elas: (1) a “forma” estando direcionada para a maneira como se desenvolvem os mecanismos; (2) o “processo criativo e implementação”, dando indicações da forma como se desenvolve a inovação social; (3) os “atores”, os principais intervenientes na inovação e, por fim; (4) as “metas de mudança”, ou seja, os resultados que a inovação gera (in Cloutier 2003, pp.9-11).

O empreendedorismo social, aliada à inovação social deve ter na sua génese uma capacidade transformadora, uma vez que como já mencionado anteriormente, o empreendedorismo social parte sempre de uma necessidade social que é detetada pelo empreendedor social e posta em prática através de um processo de inovação social, devendo gerar ao mesmo tempo *empowerment* nos indivíduos e grupos considerados de risco.

Fazer um parêntesis, para acrescentar que durante o período de vida das inovações sociais, estas têm obrigatoriamente de ir acompanhando as transformações sociais e as necessidades dos seus públicos-alvo, gerando continuamente valor social, que como defendem Cristina Parente e Carlota Quintão (2014), é o valor criado para o bem-estar social.

Este mesmo valor social pode relacionar-se não só com o próprio processo, como abordado anteriormente, mas está intrinsecamente ligado com os diferentes eixos de intervenção que o empreendedorismo contempla. Seja na esfera privada, onde se encontram as práticas de responsabilidade social das empresas, existindo cada vez mais uma necessidade de apoiar causas sociais. Isto mesmo é evidenciado por Cone *et al.*, (2003), afirmando que as empresas que “demonstram um sentido de responsabilidade social destacam-se num mundo cada vez mais diferenciado em termos de serviços” (in Peredo & Mclann, 2006, p.63). Assim como na criação, gestão e sustentabilidade das organizações da economia social, onde os métodos de negócio do empreendedorismo empresarial são aplicados no social.

Torna-se necessário fazer uma breve observação relacionada com as organizações da economia social para mencionar que o empreendedorismo e a inovação social não substituem a economia social, antes acrescentam-lhe valor, sendo uma resposta efetiva para a complexidade dos problemas que este setor, cada vez mais enfrenta. A juntar aos dois eixos referidos anteriormente, acrescentam-se, ainda, as iniciativas com fins não lucrativos na procura de estratégias alternativas de financiamento, através da criação de modelos de empreendedorismo social, assente nas perspetivas da economia solidária (Mair & Martí, 2006; Parente & Quintão, 2014).

Uma coisa é certa nem tudo é perfeito e a inovação social tem o seu lado negro, muito associado ao facto de poder existir um aproveitamento em torno da causa social ou como referem Peredo e Mclan “motivos egoístas por detrás da missão social” (Peredo & Mclan, 2006, p.59).

Estamos a falar de uma área incompatível com o egoísmo e com o desperdício de conhecimento e pessoas. Não devendo ao mesmo tempo estar assente em práticas que visam criar valor lucrativo em proveito de uma causa social. É necessário, portanto, contornar o lado negro do empreendedorismo e da inovação social.

A este lado negro, também se acrescenta um limite do empreendedorismo e da inovação social, uma vez que estes não podem ser encarados como formas de ativismo social (Martin & Osberg, 2007).

Podemos terminar por questionar se existe compatibilidade entre empreendedorismo, inovação social, economia social e terceiro setor.

As opiniões divergem bastante, há quem defenda que não existe nenhuma compatibilidade entre empreendedorismo social e a economia também ela social, como é o caso de Parente (2015), suportada por diversos autores, como Boschee e Maclurg (2003), referindo precisamente que as organizações do terceiro setor não se consideram formas de empreendedorismo social. Além destes autores, Dewandre, (2009) e Sibille (2010), defendem também eles a incompatibilidade entre estas duas áreas, expondo ao mesmo tempo que a “economia social e empreendedorismo social não são sinónimos” (Dewandre, 2009; Sibille, 2010, in Monteiro, 2017, p. 58).

Contrariamente, Alcides Monteiro defende outra posição, salientando que é possível uma compatibilidade entre empreendedorismo, inovação social e economia social. Refere mesmo que “o empreendedor social já é parte integrante das organizações da Economia Social e solidária, com responsabilidades de salvaguarda da relação entre a finalidade económica e os valores da solidariedade” (Monteiro, 2017, p.53).

Atendendo ao exposto anteriormente e perante as diferentes posições, defendemos claramente que existe compatibilidade entre o empreendedorismo social e a economia social, mas que esta ainda não foi alcançada, devido, sobretudo, ao desconhecimento que ainda hoje o empreendedorismo social provocada e de no interior das organizações sociais este fenómeno ainda não ter tido a expressão que se esperava. É exemplo disso o facto de fora das organizações serem diversas as iniciativas relacionadas com o empreendedorismo social, enquanto que no seu interior, devido a um desconhecimento concetual e prático, continua a ser usada a terminologia de economia social.

Mesmo defendendo esta compatibilidade, salientamos igualmente, que é ao mesmo tempo necessário um duplo esforço, por um lado, novas estratégias de atuação para a economia social e ainda as organizações devem, como refere Alcides Monteiro sair “fora das suas paredes” (Monteiro, 2008, p.12). Por outro lado, o empreendedorismo através de processos de inovação social deverá ser a *alavanca* que ajuda no desenvolvimento destas organizações. Não concordando com a posição de incompatibilidade salientada

por Cristina Parente, como anteriormente foi salientado, aceitamos mesmo assim o facto de a autora referir que “as organizações do terceiro setor se encontram num patamar frágil de empreendedorismo social”, indo ao encontro do que se terminou de mencionar e defender (Parente, 2015, p.83).

Conclusão

Estamos confrontados com um novo paradigma, fruto das transformações estruturais da sociedade, mais concretamente em termos políticos, económicos e sociais, onde é necessário um conjunto de sinergias eficazes para dar resposta aos riscos sociais que vão surgindo.

Neste sentido, a expressão de Jeff Skoll, juntamente com estas transformações, leva a pensar que mesmo o mundo seja considerado um lugar complicado, torna-se necessário reformular as práticas adotadas, de se poder arriscar, querer ir mais além, fazendo melhor e de maneira diferente, respondendo às necessidades tanto dos indivíduos, como das próprias organizações sociais e da sociedade.

O empreendedorismo e a inovação social, podem ser considerados a energia que as organizações, as pessoas e a própria sociedade precisam, não só para a resolução dos problemas sociais que vão surgindo, mas, ao mesmo tempo, para o seu desenvolvimento. O mesmo acontece com os projetos sociais e as práticas instituídas, que cada vez mais devem seguir na capacitação e envolvimento das pessoas, em vez de atuarem de forma meramente assistencialista.

Referências Bibliográficas

- Alves, M. L. (2012). Conceito de empreendedorismo social. In S. Félix, L. Alves & V. Sirghi (Eds.), *Manual de empreendedorismo social: uma abordagem sistémica* (13-19). Caldas da Rainha, Portugal: AIRO.
- André, L. e Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, *XLI* (81), 121-141.
- Bornstein, D. (2007). *Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias*. Cruz Quebrada, Portugal: Estrelapolar.
- Cloutier, J. (2003). Qu'est-ce que l'innovation sociale? Cahier du CRISES. *Collection Études théoriques*, (ET0313). CRISES, Quebec.

- Carvalho, L. G. e Costa, T. G. (2015). *Empreendedorismo, visão global e integradora*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Dumitru, V. S., Alves, M. L. e Costa, J. E. G. (2012). Empreendedorismo Social em Portugal. In S. Félix, L. Alves e V. Sirghi (Eds.), *Manual de empreendedorismo social: uma abordagem sistémica*, (21-28). Caldas da Rainha, Portugal: AIRO.
- Dees, J. G. (1998). *O significado do empreendedorismo social*. Escola de graduação em administração – Universidade de Stanford. Recuperado de <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>.
- Mair, J. e Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. *Journal of world business*, 41 (1), 36-44.
- Martin, R. L. e Osberg, S. (2007). Social entrepreneurship: the case for definition. *Stanford social innovation review*, 5 (2), 28-39.
- Monteiro, A. (2017). Empreendedorismo social: fundamentos e dilemas de um movimento recente. In N. Augusto, (Ed.), *Sociedade em Debate* (45-69). Famalicão, Portugal: Himus.
- NESTA, (2008). Social innovation: new approaches to transforming public services, (18), 1-4.
- OCDE (2010), Social entrepreneurship and social innovation. Recuperado de http://ec.europa.eu/internal_market/social_business/docs/conference/oecd_en.pdf.
- Pacheco, A. S. V. e Santos, M. J. N. (2015). Inovação social: proposição de um modelo de análise. In M. J. N. Santos & F. M. Seabra (Eds.), *Inovação Social & Desenvolvimento* (7-38). Lisboa, Portugal: Editora RH.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Parente, C., (2014). Introdução. In C. Parente (Ed.), *Empreendedorismo social em Portugal* (1-10). Porto, Portugal: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Parente, C. (2015). O estado do empreendedorismo social em Portugal: reflexões a partir dos modelos de intervenção e de gestão em organizações do terceiro sector. *Revista de Economia Solidária*, (8), 82-111.
- Parente, C. e Quintão, C. (2014). Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. in C. Parente (Ed.), *Empreendedorismo social em Portugal* (11-74). Porto, Portugal: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

Peredo, A. M. e McLean, M. (2006). Social entrepreneurship: a critical review of the concept. *Journal of world business*, 41 (1), 56-65.

Quintela, A. (2015). Valor societal do empreendedorismo social em Portugal. *Revista de economia solidária*, 1 (8), 128-145.

“O autor declara não existir qualquer conflito de interesse”.